

Fundo para estados deve sair hoje

Recursos para endividados devem vir de pagamentos relativos ao acordo de 1992

por Cláudia Safatle
de Brasília

Ficou para hoje a decisão sobre a criação do fundo de R\$ 2 bilhões para ajudar os estados endividados. Ontem, um aspecto importante foi definido: o dinheiro virá dos pagamentos que os estados fazem, periodicamente, das dívidas refinanciadas em 92, conforme os termos da lei 8.727. Esses retornos somam entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 2 bilhões ao ano.

O Conselho Monetário Nacional (CMN), que apreciaria esse tema na reunião de ontem, acabou transferindo para hoje, possivelmente, a decisão sobre a criação do fundo por que havia detalhes importantes ainda em aberto, como, por exemplo, o prazo de amortização desse empréstimo. Pontos que seriam definidos em nova reunião, na noite de ontem, entre os ministros do Planejamento,

José Serra, e da Fazenda, Pedro Malan.

O governo não pretende que esse fundo preste socorro aos estados de forma condicional, mas que seja um instrumento para financiar o processo de ajuste fiscal mais estrutural, como redução da folha de salários. Ou seja, é preciso ter recursos até para poder demitir funcionários.

Para isso, vai estabelecer metas de desempenho para

os governadores, num regime de monitoramento como usualmente o Fundo Monetário Internacional (FMI) faz com países membros que estão sob acordo "stand by".

A proposta do governo é que com os recursos do fundo a Caixa Econômica Federal compre as operações de Antecipação de Receitas Orçamentárias (ARO) dos estados junto aos bancos públicos e privados. Hoje essas operações estão con-

tratadas com juros nominais de até 10% ao mês e têm que ser, por lei, quitadas até janeiro.

Com essa operação, a CEF desafogaria alguns estados, reduzindo os juros e alongando os prazos de pagamento. Essa não é, no entanto, uma saída relevante para os grandes estados da federação, cujo maior peso financeiro está na dívida mobiliária, e não nas operações de ARO.